

Voltar

ALENCAR OU MACHADO?

Em 1969, com treze anos e já numa escola pública, fui obrigado a ler *O Guarani*, de José de Alencar, por imposição de um professor mais afeito à gramática que à literatura.

Foi, aliás, o único livro que ele exigiu daquela turma do terceira série ginásial. Meu pai o trouxe de São Paulo, numa edição da Melhoramentos com capa feia e cheiro bom. Depois de muito sacrifício, esgueirando-me como podia pela selva de adjetivos, escalei a última página sem saltar nenhuma, espantado com o estranho final: o índio Peri e a louríssima Ceci acuados no alto de uma palmeira, enquanto as águas se aproximavam.

Acostumado aos finais bem acabados dos filmes que via no cine Castelo e Madalena, fiquei pela primeira vez surpreso — lembro-me bem — diante de um desfecho que ainda não era propriamente um fim, mas só sugestão de final: a palmeira levada pela torrente, até perder-se no horizonte. “E daí?”, perguntava-me. O que aconteceria depois? A morte de Peri e Ceci no último abraço de amor? Um milagre? Uma intervenção providencial do Criador, fazendo o improvisado barco encostar-se nalgum porto seguro? Mas eis que o livro emudecia de repente: a página ficava repentinamente branca e o leitor bastante incomodado com a inesperada abertura do final.

Falei sobre isso com um primo mais velho, que já tinha lido alguns romances por obrigação escolar. O primo olhou-me com o desprezo dos primos mais velhos:

— Não gostei desse livro. Prefiro o *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

Fez questão de avisar que era obra para gente grande, e eu dificilmente a compreenderia.

— Obra profunda — garantiu-me —, que fala da realidade.

Como se vivêssemos numa redoma, distante do mundo verdadeiro, nenhuma outra palavra era mais sedutora do que esta — realidade. Antes de uma das viagens de meu pai a São Paulo, intimei-o a trazer aquele romance, que não era para o meu bico e

a minha idade. Depois de três dias, o livro estava comigo: uma edição da Cultrix, capa azul, com prefácio e notas do professor Massaud Moisés. Pulei o prefácio, desprezei as notas e fui direto ao assunto. Também sem pular uma só página — o obstáculo, então, não era mais a profusão alencariana de adjetivos, mas o talhe clássico da prosa machadiana —, acabei por chegar estoicamente ao final. Iniciava-se, aqui, uma veneração pela obra machadiana e a visão de mundo de Machado de Assis, que duraria décadas.

Lembro que aquele primo machadiano foi o primeiro a pronunciar, na família, o substantivo próprio Darwin, aprendido com algum professor de ciências do curso ginásial. Meu pai, que era Congregado Mariano, sentia-se na obrigação de defender a posição tradicional da Igreja em favor do criacionismo, contra o evolucionismo “científico”. Mais debates, com esse tema, eu presenciaria, naquele final dos anos sessenta, após os seguintes e compridos almoços da Páscoa e do Natal, quando toda a família se reunia para comer bem e trocar ideias.

Não muito tempo depois, quando juntei essa possível ascendência simiesca ao pessimismo machadiano, estava montada a equação que me desafiaria por boa parte da vida. Só faltava a luta de classes de Marx e o paraíso socialista, que bem tentei incorporar, mas nunca me desceu bem pela goela: rebati-a com uma ideia de Jesus (Evangelho de São João, 18, 36) que, mesmo depois da perda da fé, continuaria a ser o meu refrão predileto contra o comunismo e toda pretensão de transformar este mundo em algo perfeito:

— “O meu Reino não é deste mundo”.